



**PLANO MUNICIPAL DE PREPARAÇÃO E
RESPOSTA A EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO RUFINO

VIGILÂNCIA SANITÁRIA





**PLANO MUNICIPAL DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA A EMERGÊNCIAS EM
SAÚDE PÚBLICA (PPR - ESP) RIO RUFINO**

31 ANOS

Prefeito(a) Municipal

Erlon Tancredo Costa

Vice-Prefeito(a)

Volnei Donizete de Souza

Secretário(a) Municipal de Saúde

Célia Costa

Secretário(a) Municipal de Meio Ambiente

Nilton Antônio Pereira

Secretário(a) Municipal de Infraestrutura

Edison Fernandes

Secretário(a) Municipal de Assistência Social

Andreia Aparecida Camargo Silva

Ponto focal do VIGIDESASTRES Municipal

Fiscal Vigilância Sanitária

Ana Caroline Ferreira

2023



1. Revisões do PPR-ESP

Revisões	Datas	Alterações	Responsável (eis)
Revisão 0	00/00/2023		
Revisão 1			
Revisão 2			
Revisão 3			

2. Compartilhamento do plano via SGPe

Local	Responsável	Nº do Processo
riorufino.sc.gov.br	Ana Caroline Ferreira (Fiscal)	
https://amures.org.br		



3. Responsáveis pela aplicação do PPR-ESP

Função	Nome	e-mail	Telefone(s)
Secretário Municipal de Saúde	Célia Costa	saude@riorufino.sc.gov.br	(49) 3279-0067
Ponto focal municipal do VIGIDESASTRES (Fiscal sanitaria)	Ana Caroline Ferreira	vigilanciasanitaria@riorufino.sc.gov.br	(49) 3279-0000
Enfermeira UBS	Anelice Medeiros	sauderiorufino@hotmail.com	(49) 32790067



4. Equipe de elaboração do PPR-ESP

Integrantes
I. Ana Caroline Ferreira
II. Priscila Emanuele Ferreira
Colaboradores
I.
II.
Revisores
I.
II.



Sumário

Apresentação 9

1.1 Objetivo Geral 10

1.2 Objetivos Específicos 10

2. Marco legal e normativo 10

3. Caracterização do Município 14

3.1 Aspectos Socioeconômicos 14

3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 15

3.3 Atividades Econômicas 23

3.4 Características físicas 24

3.4.1 Clima 24

3.4.2 Pluviometria 25

3.4.3 Pedologia 26

3.4.4 Uso e ocupação do solo 27

3.5 Hidrografia 28

3.6 Saúde 32

3.7 Assistência Social 35

3.8 Segurança 36

3.9 Obras 36

4. Histórico de Desastres Naturais e Antropogênicos 37

4.1.1 Tipos de Desastres 40



- 4.1.2 Enxurradas 40
- 4.1.3 Alagamentos 41
- 4.1.4 Estiagem 41
- 4.1.5 Granizo 41
- 4.1.6 Vendaval 41
- 5. Gestão de Risco em Desastres 41
- 6. Situação de Emergência ou estado calamidade pública 43
- 7. Cenário de Risco 44
- 8. Abrigos 54
 - 8.1. Abrigos 1. 5
 - 8.2. Abrigos 2. 55
- 9. Atuação de Gestão de Risco em ocorrência 57
- 10. Redução de riscos 62
- 11. Respostas 64
- 12. Recuperação 66
- 13. Organização da resposta às emergências em saúde pública 66
 - 13.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES) 66
 - 13.2 Sala de situação 67
 - 13.3 Representantes da SMS 68
- 14. Informações à população 69
- 15. Capacitações 69



16. Referências 70

17. Anexo I 71

18. Anexo II 72



Apresentação

Conforme os anos vão passando, notamos que a um crescimento dos desastres de origem naturais, tecnológicos. Sendo o ser humano uma das principais razões, pois o mesmo interfere e destrói o meio ambiente visando suprir suas necessidades e ambições, e acaba esquecendo que este caminho na maioria das vezes é via de mão dupla, e acaba acarretando ou propiciando danos recorrentes a o meio ambiente e a saúde pública.

Desastre é um evento grave que muitas vezes causa prejuízos e sofrimentos a uma comunidade ou sociedade, podendo ocorrer perdas materiais, econômicas, e muitas vezes humanas. O setor de saúde está diretamente ligado a este processo, já que os efeitos dos desastres são muitas vezes diretos ou indiretos à saúde da sociedade ou comunidade onde o mesmo ocorreu.

Sendo assim, cabe ao executivo dos municípios em questão que elaborem, planos e ações, a serem executadas caso algum desastre natural venha a ocorrer dentro de seu respectivo território, interligando todos seus setores de forma sinérgica as estratégias já existentes no setor de saúde. Buscando sempre seguir os princípios do SUS, chegando a todos os cidadãos, independentemente da classes sociais, econômicas, etnia, opção sexual ou religiosa dos usuários. Atendendo e tratando o mesmo de forma integral ou seja observando o individuo como um todo, para tratar os sintomas mas também as causas da doença. Cuidando das necessidades de cada usuário, conforme sua situação.

Material de apoio: Guia de Preparação e Respostas do Setor Saúde aos Desastre



1. Objetivos

1.1 Objetivo Geral

O Plano Municipal de Preparação e Resposta a Emergência em Saúde Pública do Município de Rio Rufino, tem como objetivo auxiliar a garantia de que em tempo adequado e de modo qualificado, que a Secretaria de Saúde bem como as demais secretarias municipais, atuem quando ocorrer eventos de desastres, que necessitem de medidas de controle, prevenção, e danos a saúde pública dentro de seu território.

1.2 Objetivos Específicos

Prevenir novos riscos de desastres e reduzir os riscos de desastres existentes, através da implementação medidas econômicas, estruturais, jurídicas, sociais, de saúde, culturais, educacionais, ambientais, tecnológicas, políticas e institucionais integradas e inclusivas que previnam e reduzam a exposição a perigos e a vulnerabilidade a desastres, aumentar a preparação para resposta e recuperação, e, assim, aumentar a resiliência. (Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015- 2030 (Versão em português não-oficial – 31 de maio de 2015)

2. Marco legal e normativo

Para embasamento das ações propostas neste PPR-ESP, foi realizada pesquisa exploratória sobre o arcabouço legal vigente, contendo as ações coordenadas de gerenciamento dos riscos e dos impactos dos desastres. Diante disso, o arcabouço legal está apresentado a seguir:

- Lei nº 8.080 do SUS (1990): Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.



- Portaria nº 1.172 (2004): Competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal na área de Vigilância em Saúde; Política Nacional de Atenção às Urgências (2006).
- Lei nº 12.187 (2009): Regulamentado pelo Decreto nº 7.390, de 09 de dezembro de 2010, institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.
- Portaria nº 4.279 (2010): Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Decreto nº 7.257(2010): Inclui o Setor Saúde na composição do Sistema Nacional de Defesa Civil, sob articulação, coordenação e supervisão técnica da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional.
- Decreto nº 7.616 (2011): “Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde – FN/SUS”.
- Portaria nº 2.952 (2011): Regulamenta no âmbito do SUS o Decreto nº7.616, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN/SUS).
- Decreto nº 7.535 (2011): Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - “ÁGUA PARA TODOS”.
- Portaria GM/MS nº 888 (2021): Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.



- Lei nº 12.608 (2012): Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis n.º 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.
- Decreto nº 7.508 (2011): Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
- Portaria nº 1.378 (2013): Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para a execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.
- Portaria nº 2.436 (2017): Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Resolução nº 588 (2018): Estabelece a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).
- Portaria nº 188 (2020): “Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)”.



- Decreto nº 10.212 (2020): “Promulga o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional , acordado na 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005”. No documento “Implementação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI)” referente à 72ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, “a pandemia de COVID-19 materializa o evento agudo de saúde pública com repercussões internacionais para o qual o mundo vem se preparando, ou tentando se preparar, durante as duas últimas décadas”.
- Portaria SES nº 614 (2021): visa “instituir o Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES), destinado a integrar as ações e serviços de saúde”.
- Portaria SES nº 615 (2021): visa “aprovar o Regimento Interno do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)”.
- Portaria Nº 260 (2022): Estabelece procedimentos e critérios para o reconhecimento federal e para a declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.
- A Portaria GM/MS Nº 874 (2021), dispõe sobre o kit de medicamentos e insumos estratégicos para a assistência farmacêutica às Unidades da Federação atingidas por desastres.
- A Nota Técnica Conjunta nº 06/2022 DIVS/DIAF/SES/SC, estabelece o fluxo de distribuição do kit de medicamentos e insumos estratégicos aos municípios de Santa Catarina atingidos por desastres.
- Portaria GM/MS Nº 4.085 (2022), que altera o Anexo XXVII da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Rede de



Vigilância, Alerta e Resposta às Emergências em Saúde Pública do Sistema Único de Saúde - Rede VIGIAR-SUS.

- Portaria GM/MS Nº 4.185 (2022), que institui o Programa Nacional de Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos Desastres - Vigidesastres, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.
- PORTARIA nº 814 (2022), dispõe sobre a normatização da distribuição do Hipoclorito de Sódio 2,5% à população do Estado de Santa Catarina em situação de risco, onde não há acesso à rede pública de distribuição de água tratada, com objetivo de desinfecção e prevenção às doenças de transmissão hídrica entérica.
- Nota Técnica N.º 004/2021 - DIVS/SUV/SES/SC, orienta sobre o controle relacionado aos Veículos Transportadores de Água para Consumo Humano (Carros Pipas) no Estado de Santa Catarina.

3. Caracterização do Município

3.1 Aspectos Socioeconômicos

Os principais aspectos populacionais e econômicos, como: densidade demográfica, dados populacionais gerais (urbana e rural), faixas etárias e sexo.

Área Territorial: 282,571km² [2021]

População estimada: 2.484pessoas [2021]

Densidade demográfica: 8,62hab/km² [2010]

Escolarização 6 a 14 anos 99,2% [2010]



Link: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc-https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/rio-rufino.html>

3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O IDH do município, que é uma medida resumida do progresso em longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. Essa abordagem permite a interpretação de dados de qualidade de vida em uma localidade.

Prefeito(a): Erlon Tancredo Costa

Vice Prefeito(a): Volnei Donizete de Souza

Microrregião: Microrregião Serrana

Aniversário: 12/12

Habitantes: 2483 (IBGE/2019)

Eleitores: 2281 (TSE/2019)

PIB: R\$ 48.524.900,00 (IBGE/2018)

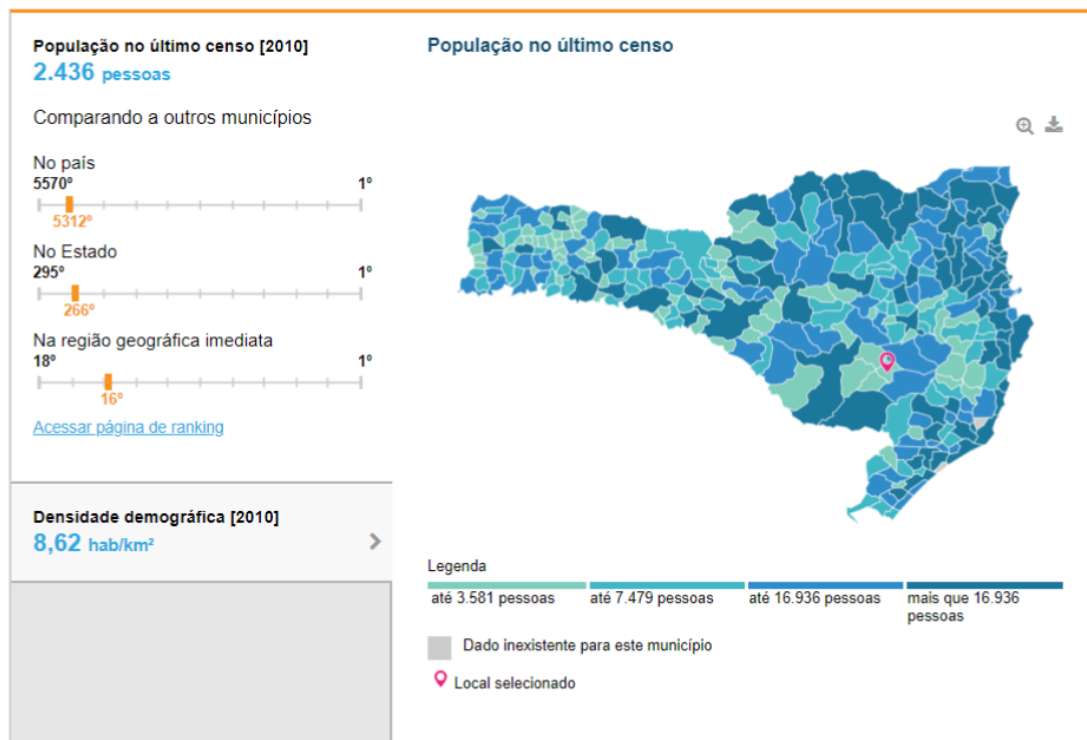
População estimada [2021]: 2.484 pessoas

População no último censo [2010]: 2.436 pessoas

Densidade demográfica [2010]: 8,62 hab/km²

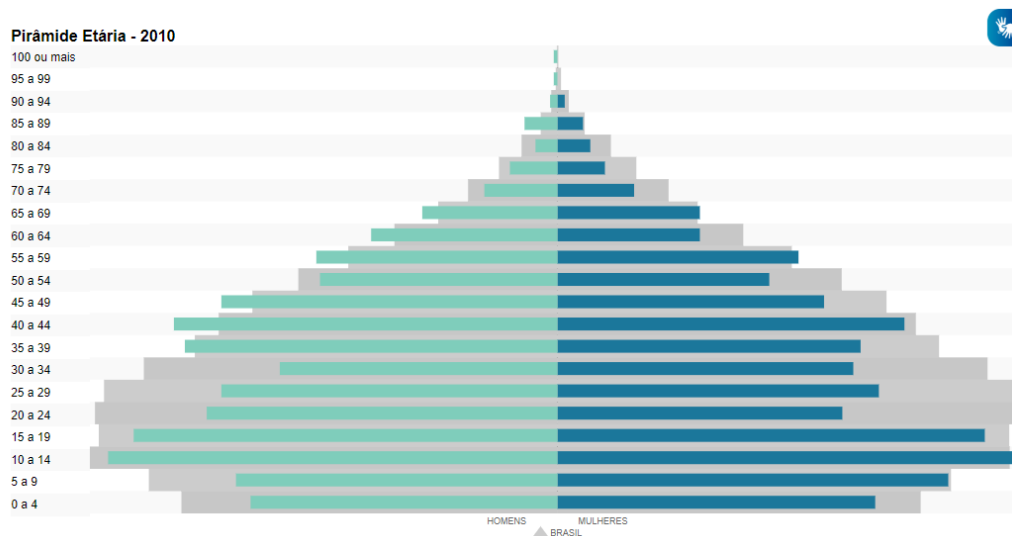
Figura 1. Mapa da População do Município de Rio Rufino

População



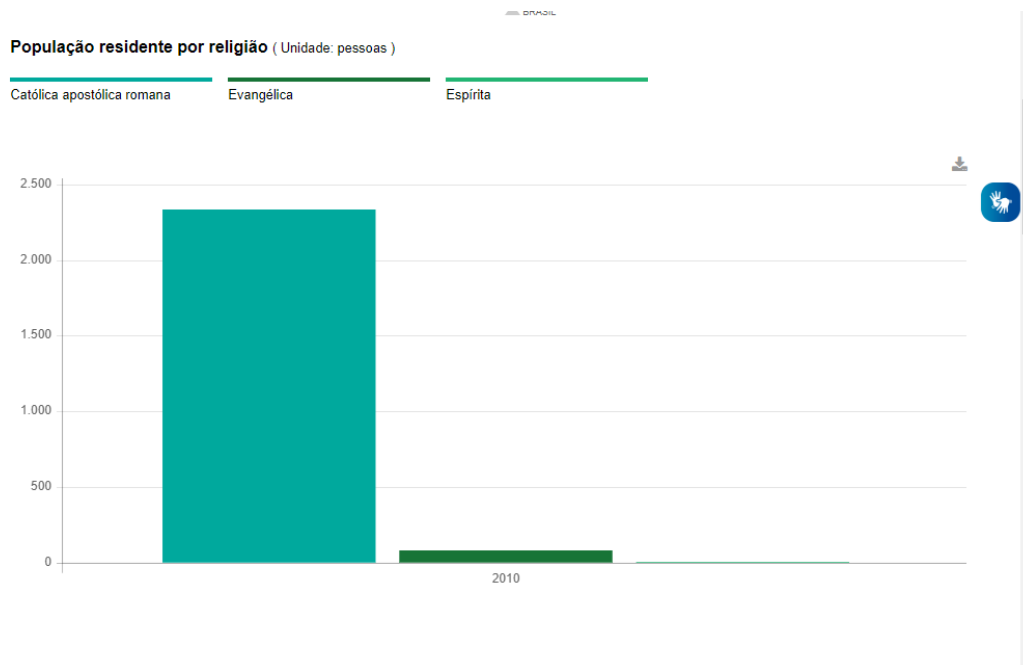
Fonte: IBGE, 2022.

Figura 2. Gráfico em Pirâmide Etária da População do Município de Rio Rufino.



Fonte: IBGE 2022

Figura 3. Gráfico da população Residente no Município de Rio Rufino por religião.

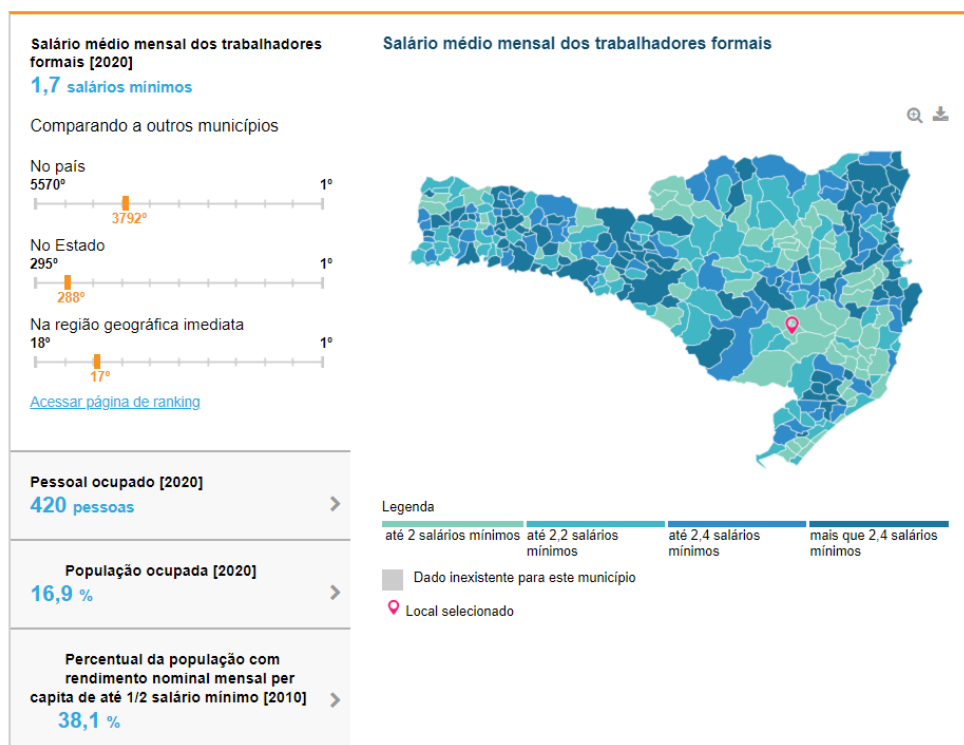


Fonte: IBGE, 2022.

Figura 4. Mapa de trabalho e rendimento da população do Município de Rio Rufino.

Trabalho e Rendimento

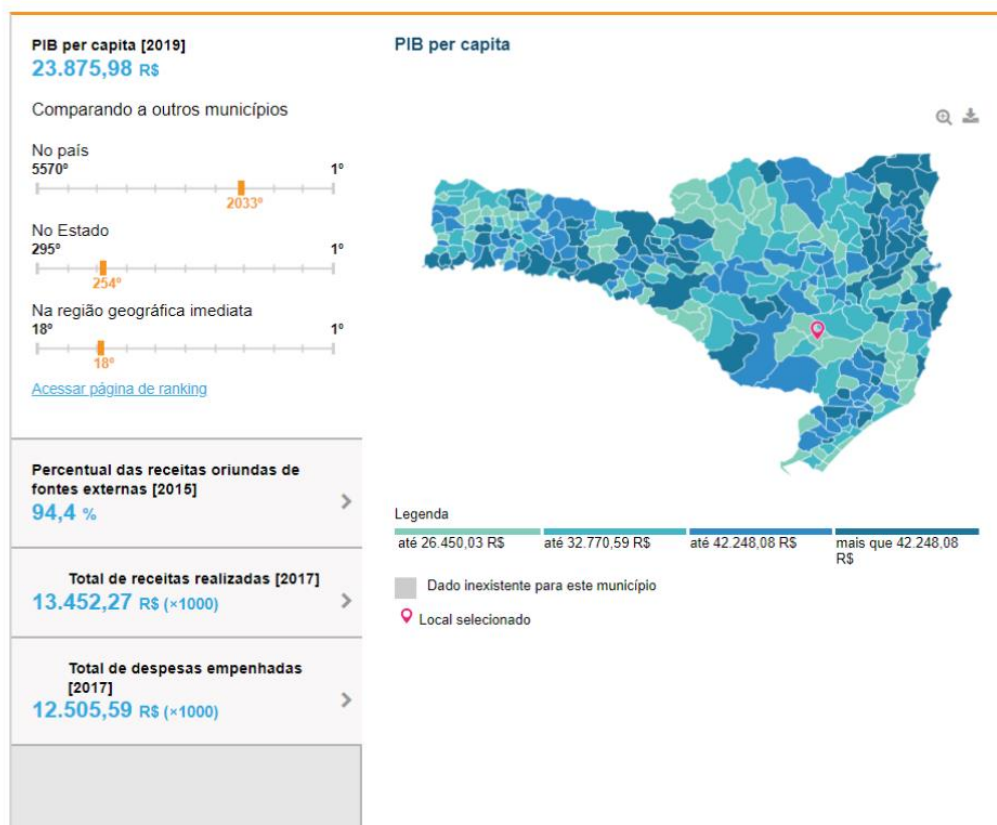
Em 2020, o salário médio mensal era de 1,7 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 16,9%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 288 de 295 e 242 de 295, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 3792 de 5570 e 1858 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 38,1% da população nessas condições, o que o colocava na posição 22 de 295 dentre as cidades do estado e na posição 2991 de 5570 dentre as cidades do Brasil.



Fonte: IBGE 2022.

Figura 5. Mapa da Economia do Município de Rio Rufino.

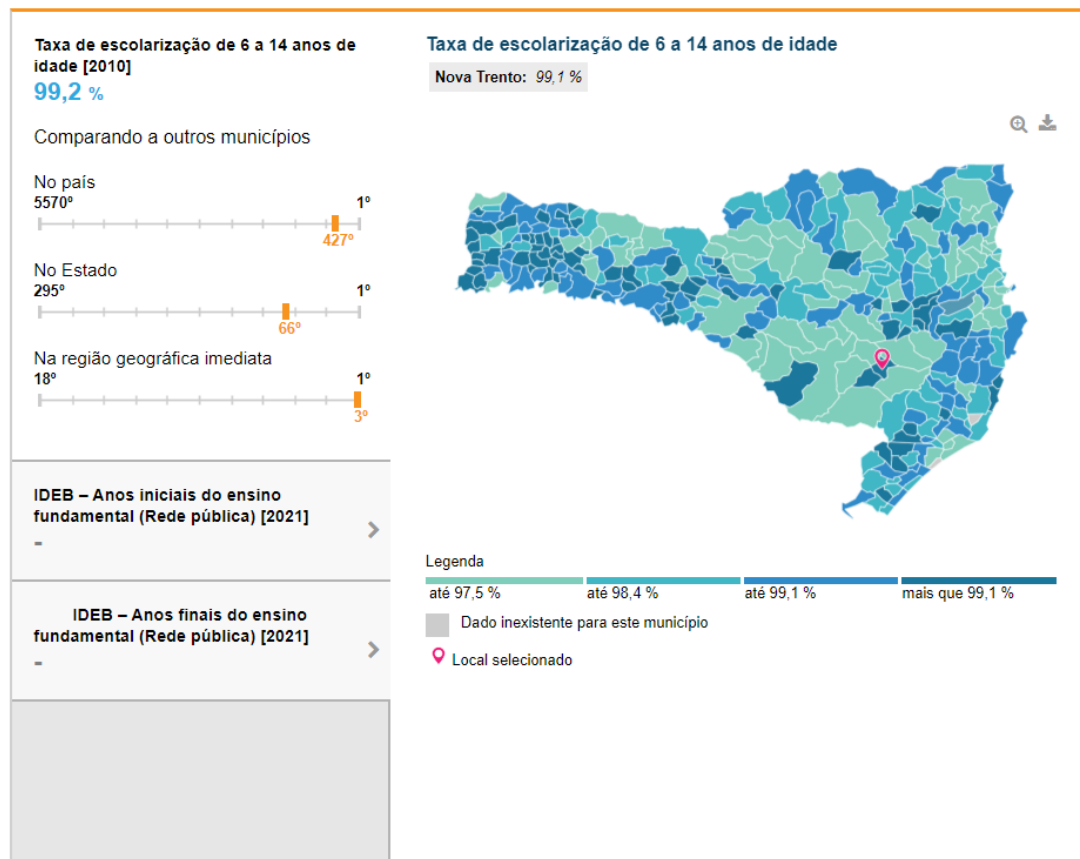
Economia



Fonte: IBGE 2022.

Figura 6. Mapa da Taxa de Escolarização de 6 a 14 anos de idade do Município de Rio Rufino.

Educação

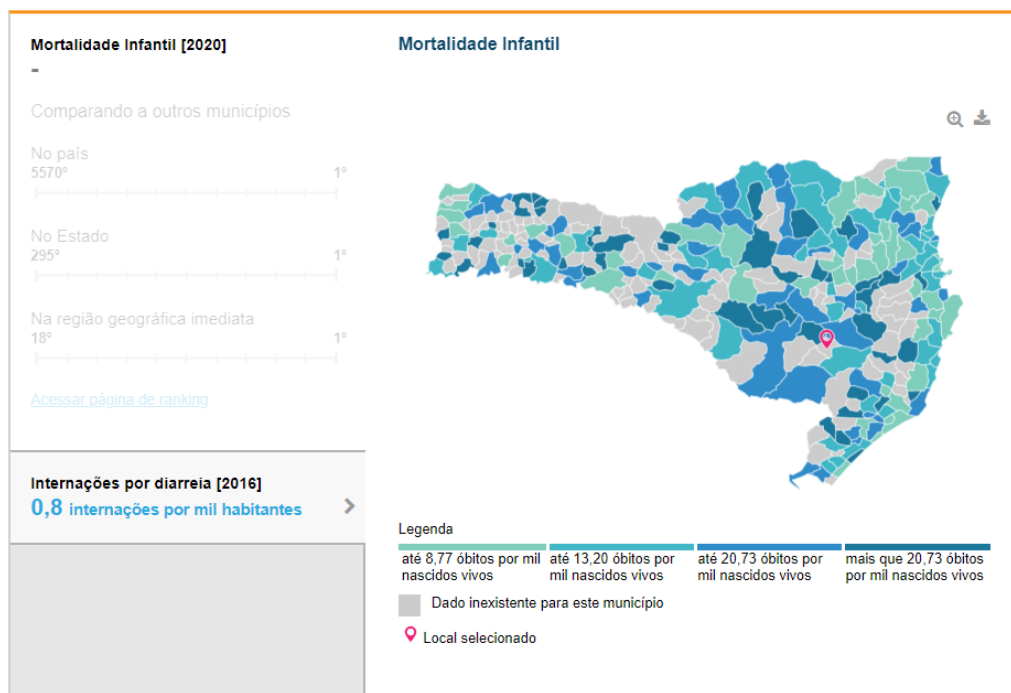


Fonte: IBGE 2022.

Figura 7. Mapa da Taxa de Mortalidade infantil do Município de Rio Rufino.

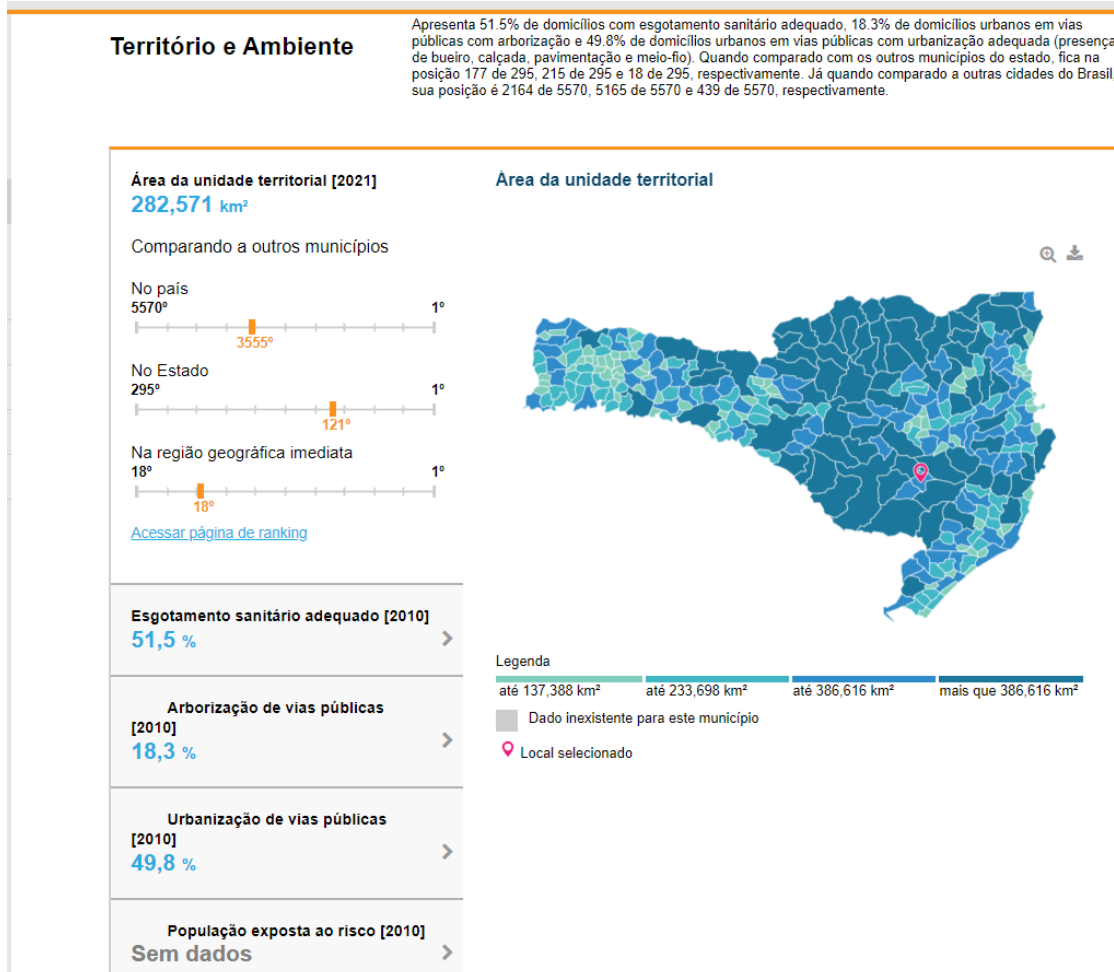
Saúde

A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de - para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0,8 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 1 de 295 e 158 de 295, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 1 de 5570 e 2710 de 5570, respectivamente.



Fonte: IBGE 2022.

Figura 8. Mapa do Território e Ambiente do Município de Rio Rufino.



Fonte: IBGE 2022.

Imagens obtidas no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/ Santa Catarina IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal - 0,653 [2010].

Link: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc>



3.3 Atividades Econômicas

A origem do município é datada de 1905, quando o agricultor, Rufino Pereira, morador da localidade de Cedrinho, hoje Urupema, fazia suas plantações na Serra dos Pereiras, às margens dos rios, onde as terras eram mais férteis e favoráveis às plantações.

Posteriormente o Município passou a se chamar em função da família de pioneiros. Os fundadores da vila de Rio Rufino foram José Serafim dos Santos e Osório Pereira de Medeiros.

Em 29 de dezembro de 1957 teve origem o distrito de Rio Rufino e em 12 de dezembro de 1991, pela lei de emancipação número 8491 foi criado o município. A economia do município é sustentada pela agropecuária com criação de gado de corte e leite, fruticultura (maça, pêssigo, pera e caqui), e produção de vime, artesanato em vime e agricultura em geral.

Potenciais turísticos: cascata da serra, cascata do rio do tigre, cascata da fábrica, caverna do rio leste, morro do campo, salto do Rio Rufino

Eventos: Festa Nacional do Vime e a Festa do Padroeiro São Bom Jesus.

Fonte: Amures - Associação dos Município da Região Serrana. Agropecuária com criação de gado de corte e leite.

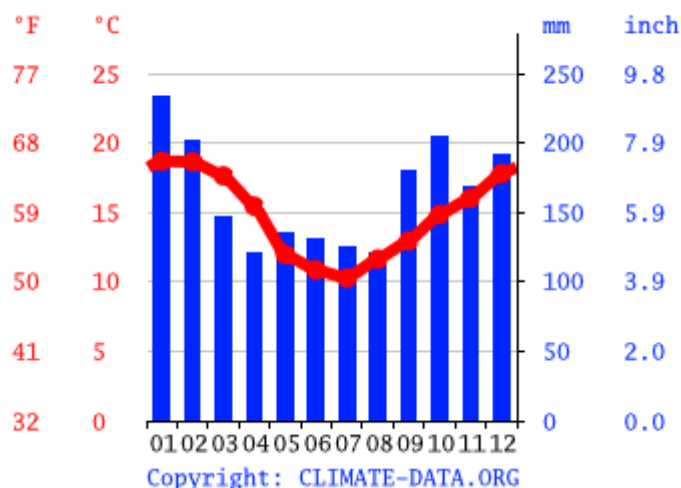
3.4 Características físicas

3.4.1 Clima

Em Rio Rufino, o clima é quente e temperado. Em Rio Rufino existe uma pluviosidade significativa ao longo do ano. Mesmo o mês mais seco ainda assim tem muita pluviosidade. O clima é classificado como Cfb de acordo com a Köppen e Geiger. A temperatura média anual em Rio Rufino é 14.7 °C. Pluviosidade média anual de 1959 mm.

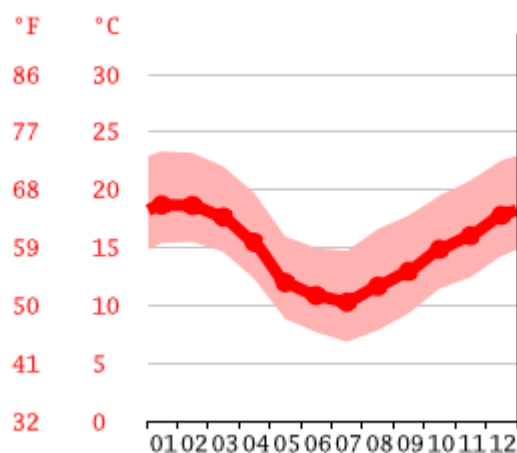
O mesmo está no Hemisfério Sul. Os dias bálsimos do Verão começam no final de Janeiro e terminam em Dezembro. Este período engloba os meses: Dezembro, Janeiro, Fevereiro, Março.

Figura 9. Gráfico de precipitações média durante o ano no Município de Rio Rufino.



O mês mais seco é Abril com 121 mm. O mês de Janeiro é o mês com maior precipitação, apresentando uma média de 234 mm.

Figura 10. Gráfico de temperatura média durante o ano no Município de Rio Rufino.



A temperatura média do mês de Janeiro é 18.7 °C, o mês mais quente do ano. 10.3 °C é a temperatura média de Julho. É a temperatura média mais baixa de todo o ano.

Fonte: <https://pt.climate-data.org/americas-do-sul/brasil/santa-catarina/rio-rufino-313348/#climate-graph>

3.4.2 Pluviometria

Figura 10. Tabela de Dados climatológicos do Município de Rio Rufino.

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Temperatura média (°C)	18.7	18.6	17.6	15.4	12	10.8	10.3	11.6	12.9	14.8	16	17.8
Temperatura mínima (°C)	15.4	15.5	14.6	12.3	8.8	7.7	6.8	7.8	9.3	11.4	12.4	14.2
Temperatura máxima (°C)	23.3	23.2	22	19.7	16	15	14.7	16.6	17.8	19.5	20.8	22.5
Chuva (mm)	234	201	147	121	135	131	125	121	180	204	169	191
Umidade(%)	83%	85%	85%	84%	84%	85%	84%	82%	81%	84%	81%	82%
Dias chuvosos (d)	17	15	14	10	8	8	9	8	11	14	13	14
Horas de sol (h)	6.1	6.2	5.4	5.1	4.8	5.1	5.6	6.0	5.2	4.8	5.6	6.0

Data: 1991 - 2021 Temperatura mínima (°C), Temperatura máxima (°C), Chuva (mm), Umidade, Dias chuvosos. Data: 1999 - 2019: Horas de sol.



Quando comparados o mês mais seco tem uma diferença de precipitação de 113 mm em relação ao mês mais chuvoso. As temperaturas médias variam 8.4 °C durante o ano.

O mês com maior umidade relativa é Fevereiro (85.30 %). O mês com a umidade relativa mais baixa é Setembro (81.31 %). O mês com maior número de dias chuvosos é Janeiro (22.50 dias). O mês com o menor número é Agosto (10.27 dias).

<https://pt.climate-data.org/america-do-sul/brasil/santa-catarina/rio-rufino-313348/#climate-graph>

3.4.3 Pedologia

Solos De acordo com o Sistema Brasileiro de Classificação de solos através do mapa geológico de Santa Catarina da EMBRAPA (EMBRAPA, 2004), na escala 1:250.000, as classes de solo encontradas na bacia do Alto Canoas são classificadas como Neossolo Litólico e Cambissolo Húmico, segundo a Figura 7. Conforme a inserção do município de Rio Rufino nesta bacia hidrográfica e segundo o Serviço Geológico do Brasil (CPRM, 2014), este encontrase na Formação Rio Rastro.

Figura 11. Mapa de classes de solo da bacia do Alto Canoas.



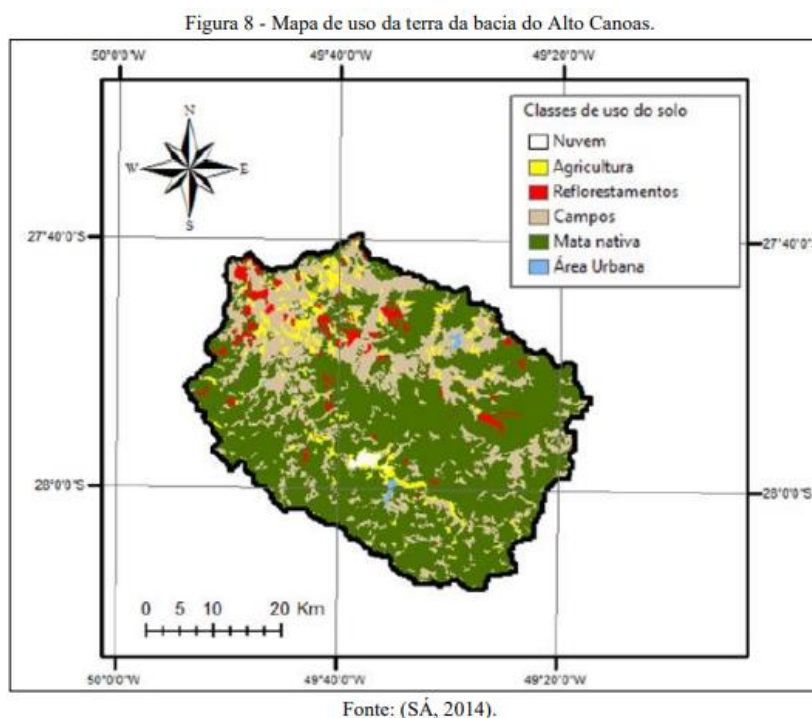
Fonte: EMBRAPA (2004).

A Formação Rio do Rastro é caracterizada por siltitos cinza-esverdeados permeados por finas camadas de calcário na porção inferior, e na porção superior existe uma alternância de leitos de arenitos, siltitos e folhelhos avermelhados e arroxeados (POTTER et al., 2004). A drenagem desse solo varia de acentuadamente a bem drenada, sendo a textura predominantemente argilosa e muito argilosa ocorrendo solos com textura média. Ainda, esta classe abrange solos predominantemente de argila atividade alta, álicos e com teor de alumínio extraível elevado (LIMA, 2014).

3.4.4 Uso e ocupação do solo

O uso e ocupação do solo na bacia hidrográfica do Altos Canoas, onde Rio Rufino está inserido, é classificado em: reflorestamento (6,7%), campos (15,4%), mata nativa (65,3%), agricultura (11%) e área urbana (1%) (SÁ, 2014). O mapa de uso da terra da bacia do Altos Canoas está representado na Figura 12.

Figura 12. Mapa de uso da terra da bacia do Alto Canoas.



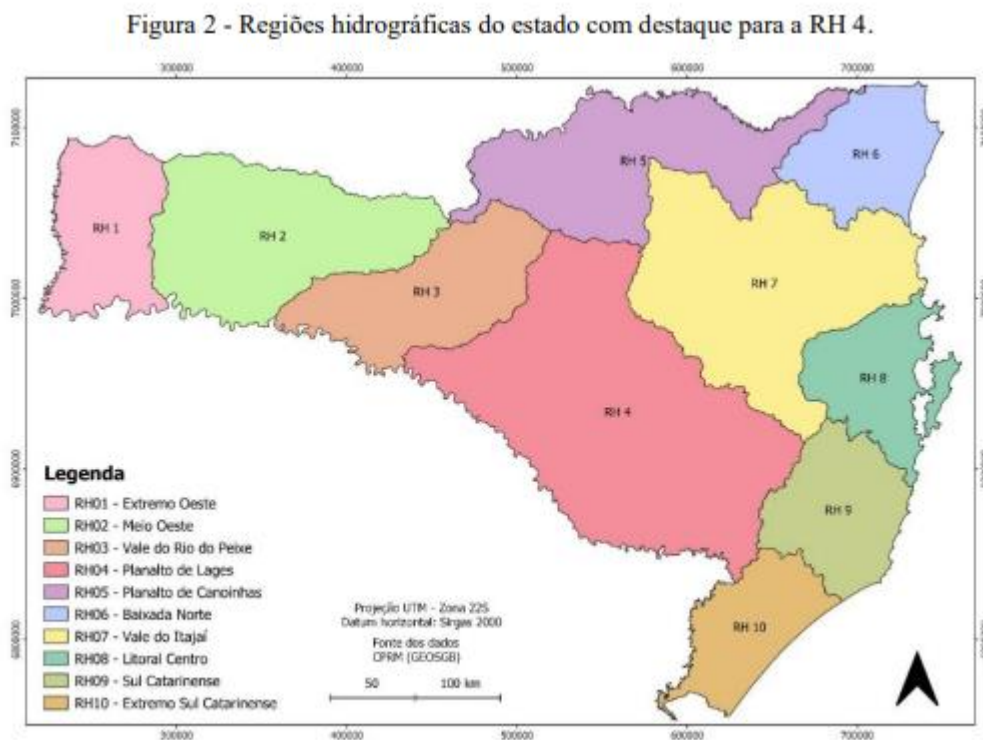
Observa-se que o município de Rio Rufino (Latitude: 27°51'44" Sul, Longitude: 49°46'47" Oeste) apresenta na sua área a maior parte de Mata Nativa e Campos, com uso também de Agricultura e Área Urbana.

<https://cisama.sc.gov.br/assets/uploads/85d2c-relatorio-tratasan-rio-rufino.pdf>

3. 5 Hidrografia

A rede hidrográfica catarinense tem seu mais importante divisor de águas na Serra Geral, formando dois sistemas independentes de drenagem: o sistema integrado da Vertente do Interior - bacia do Paraná-Uruguai, com sete bacias principais; e o sistema da Vertente Atlântica, formado por onze bacias isoladas que desaguam diretamente no Atlântico (SDS, 2018). As bacias hidrográficas de Santa Catarina estão agrupadas em dez regiões hidrográficas. O município de Rio Rufino está localizado na Região Hidrográfica (RH) 4, no Planalto de Lages. A Figura 13 apresenta as dez regiões hidrográficas do estado, incluindo a RH 4 onde Rio Rufino está inserido.

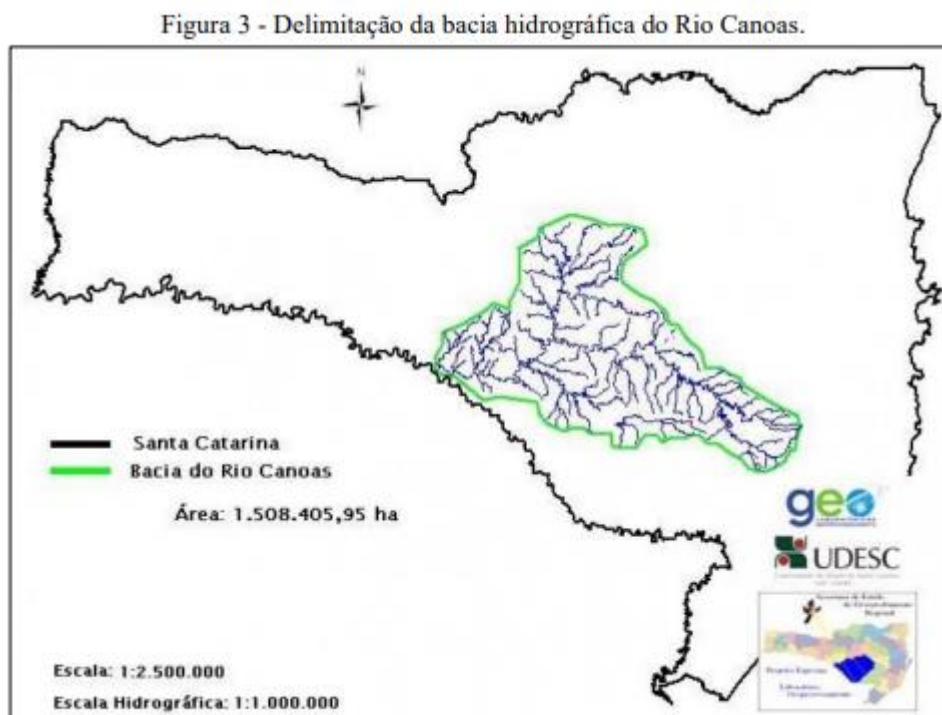
Figura 13. Mapa das Regiões hidrográficas do estado com destaque para a RH 4.



Fonte: Acervo da ARIS.

As duas principais bacias hidrográficas da RH 4 são a bacia do Rio Canoas, cuja área aproximada é de 22.808 km² e a bacia do Rio Pelotas, cujo comprimento chega à 437 km, formando a divisa natural entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (SDS, 2018). Ainda, a área região hidrográfica envolve 32 municípios catarinenses onde, deste total, 30 estão inseridos, total ou parcialmente, na bacia dos afluentes do Rio Canoas e 26 estão sediados na localidade da bacia. Em contrapartida, na bacia dos afluentes do Rio Pelotas estão inseridos, total ou parcialmente, 11 municípios, sendo que 5 tem sede nesta bacia (SDS, 2017). Trata-se da região hidrográfica do Estado de Santa Catarina com maior extensão territorial. A delimitação apenas da Bacia do Rio Canoas, componente da Região Hidrográfica 4 pode ser observada na Figura 14.

Figura 14. Mapa da Delimitação da bacia hidrográfica do Rio Canoas.



A Bacia Hidrográfica do Canoas é subdividida em 5 regiões, estas sendo Rio Marombas, Baixo Canoas, Médio Canoas, Alto Canoas e Rio caveiras e pode ser observada na Figura 15.

Figura 15. Mapa da Subdivisão da bacia hidrográfica do Rio Canoas.

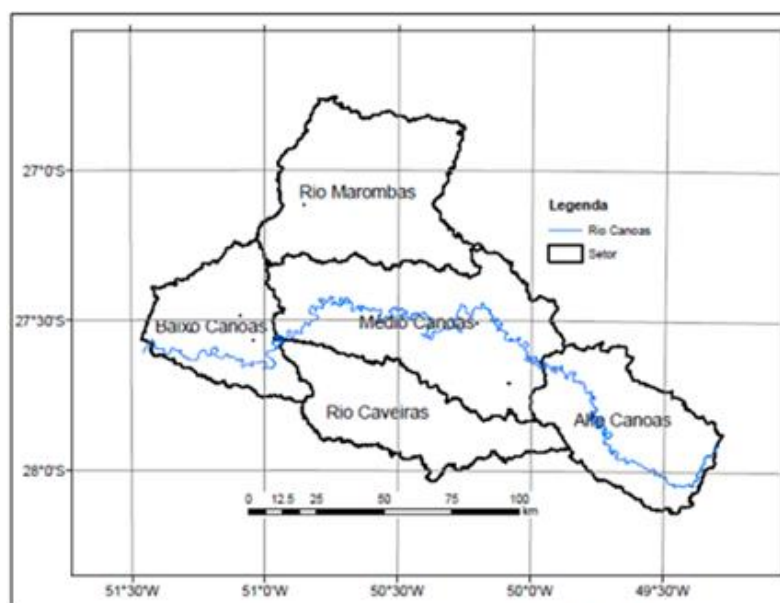
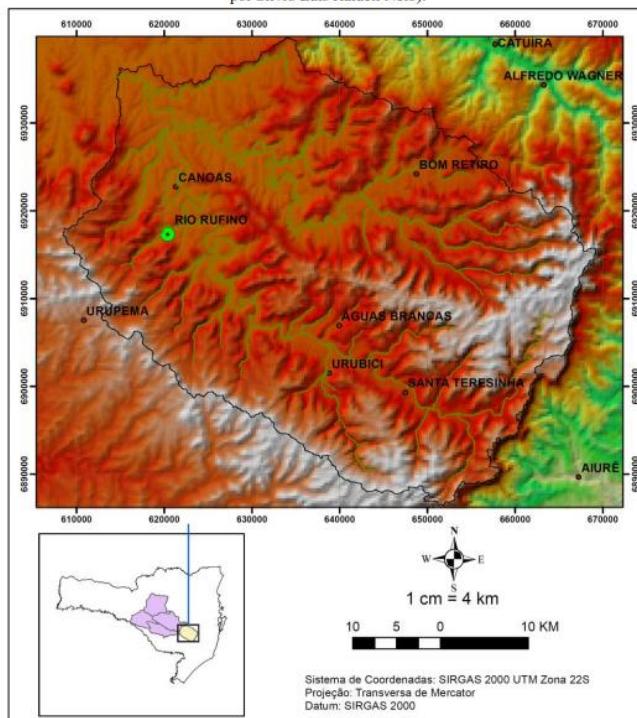


Figura 17. Mapa da situação do Município de Rio Rufino

Figura 6 - Mapa de situação do município de Rio Rufino (Produzido e gentilmente fornecido por Sílvio Luís Rafaeli Neto).



Fonte: Acervo do Laboratório de hidrologia – UDESC – CAV/Lages.

<https://cisama.sc.gov.br/assets/uploads/85d2c-relatorio-tratasan-rio-rufino.pdf>

3.6 Saúde

Serviços que o SUS oferece para o atendimento da integralidade da Assistência à Saúde, que envolve a Atenção Básica, Urgência e Emergência, Atenção Psicossocial, Assistência Farmacêutica, Rede de Laboratórios.

- Acolhimento 24 horas, presencial e via telefone de plantão;
- Consulta Médica;
- Consulta Enfermagem;
- Consulta Odontológica;
- Imunização;
- Visita Domiciliar;
- Dispensação de medicamentos;
- Curativo;



- Preventivo e exame clínico de mama;
- Administração de medicamentos;
- Avaliação antropométrica;
- Sinais Vitais;
- Pré- Natal;
- Puericultura;
- Dispensação de preservativos e contraceptivos;
- Grupos de Educação Permanente;
- Grupos Prioritários;
- Serviços de Plantonista Noturno com a equipe de enfermagem, procedimentos básicos;
- Material curativos, suturas, imobilização DEA;
- Ambulância branca para transporte;
- Acesso venoso periférico;
- Coleta de exames clínicos (terceirizados);
- Suprimentos de Sangue e Derivados – referência HEMOSC LAGES – via hospitalar;
- Atenção Psicossocial – Atendimento clínico com Psicólogo articulado com ESF;
- Consultas e exames de média complexidade com especialistas através do (CIS AMURES);
- Práticas integrativas;
- Fisioterapia – Polo Academia e a domicílio;
- Hidroterapia;
- Central de Regulação SISREG de procedimentos ambulatoriais e perfil de solicitante para internação “cirurgias “;
- Serviços de TFD, dentro e fora do Estado;
- Casa do CHÁ – produção e fornecimento de Fitoterápicos.



Tabela 1. Equipe de Profissionais que compõe a Secretaria de Saúde Municipal

Cargo	Quantidade
Médicos clínicos geral	4
Médico cardiologista	1
Enfermeiros	6
Técnicos de enfermagem	5
Auxiliar de enfermagem	1
Dentista	2
Técnico bucal	0
Farmacêutico	1
Auxiliar de farmácia	1
Psicóloga	2
Educador físico	1
Fiscal de Vigilância Sanitária	1
Agente de combate a endemias	1
Administrativo	7
Auxiliar de serviços gerais	3
Vigilante noturno	2
Motoristas	9
Agentes de saúde	8
Fisioterapeuta	2



Tabela 2. Veículos da Secretaria de Saúde

Tipo de veículo	Quantidade
Ambulância branca	2
Transit (16 lugares)	1
Carros (5 lugares)	8

3.7 Assistência Social

A Assistência Social está instalada na servidão Antônio Pereira – Centro de Rio Rufino.

<https://www.google.com/maps/search/secretaria+deassistencia+social+rio+rufino/@-27.8776782,-49.8551405,12z?entry=ttu>

Programas e Projetos desenvolvidos e ofertados pela Secretária de Assistência Social:

- Bolsa Família – Cadastro de famílias no CadÚnico;
- Benefício de Prestação Continuada (BPC);
- Programa de Atenção Integral às famílias – PAIF;
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV para Idosos;
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV para Crianças e Adolescentes;
- Benefícios Eventuais: Auxílio Funeral, Cesta Básica, Auxílio Aluguel Social;
- Programa Auxílio Desemprego – PAD-RR;
- Programa Habitacional e Reformas Residenciais e Melhorias Sanitárias.



Projeto desenvolvidos pela Secretaria de Assistência Social:

- Aulas gratuitas de violão para crianças e Adolescentes

Responsável pelos Projetos e Programas:

Andreia Aparecida Camargo Silva – Secretária de Assistência Social

Fone: (49) 3279-0012 ramal – 224

Email- assistenciasocial@riorufino.sc.gov.br

3.8 Segurança

O município de Rio Rufino tem convênio com a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, o qual visa a realização do policiamento ostensivo motorizado por intermédio de guarnições de radiopatrulha da Polícia Militar, localizada no endereço Rua Antônio Wroblewski, bairro Graciosa – Rio Rufino – CEP- 88658-000, telefone para contato (49) 3279-0066 ou (49) 99177-3405 ou 190 , o qual é responsável pelo termo de convênio senhor Elvis Antunes Oliveira, comandante de GP/1ºPEL/2CIA/6ºBPM.

O município conta com o apoio dos demais órgão públicos para atendimentos emergenciais:

Corpo de Bombeiros Militar – Av. Adolfo Konder, 501- Urubici CEP; 88650-000, telefone; (049) 98821-7706 ou 193. SAMU - 192

3.9 obras

Endereço: Avenida José Oselame, nº 209, Centro, Rio Rufino, Santa Catarina.

Link da localização: <https://goo.gl/maps/hmPzYDQxdNRe371t5>

Responsável pela Secretaria de Obras, Sr. Edison Fernandes- Secretário de Obras.

Número para contato: **49 999149-2701**

E-mail: secretariaobras@riorufino.sc.gov.br



Tabela 3. Lista de máquinas da Secretaria de Obras.

Maquinas	Quantidade
Ford cargo - 2429 - Caçamba	1
MERCEDES-BENZ / ATRON 2729 - Caçamba	1
IVECO TECTOR 240E25 Caçamba - Truck	1
MITSUBISHI - L200 4X4 GL	1
CHEVROLET - VWC FEX POWER	1
RENAULT - EXPRL -10	1

4. Histórico de Desastres Naturais e Antropogênicos

Tabela 4. Dados dos últimos anos que foram cadastrados pela Defesa Civil do Município

Categoria	Grupo	Tipo	COBRADE	Descrição
Natural 21/05/2021	Meteorológico	Tempestades Vendaval	1.3.2.1.5	Rajadas de vento Localidade de Lagoa Preta
Natural 23 24/05/2021	Meteorológico	Tempestades Vendaval Temperaturas Extremas Friagem	1.3.2.1.5 1.3.1.2.0 1.3.2.1.5	Rajadas de vento Frentes Frias/ Zonas Convergentes



Natural 26/05/2021	Hidrológico	Inundações Enxurradas Alagamentos	1.2.1.0.0 1.2.2.0.0 1.2.3.0.0	Inundações, enxurrada, arrastou as pontes da Localidade do Rio do Leste, deixando a localidade sem acesso de pessoas e de veículos terrestres e uma família ilhada, o helicóptero águia resgatou a família
Natural 26/12/2021	Climatológico	Estiagem	1.4.1.1.0	Localidade Rio de Areia Falta de água por causa da Estiagem
Natural 25/01/2022	Climatológico	Estiagem	1.4.1.1.0	DECRETO Nº 502, De 25 de janeiro de 2022. "DE- CRETA SITUA- ÇÃO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍ- PIO DE RIO RUFINO/SC POR CAUSA DA ESTIA- GEM, E DÁ OUTRAS PRO- VIDÊNCIA
Natural 02,03,04/05/2022	Hidrológico	Inundações Enxurradas Alagamentos	1.2.1.0.0 1.2.2.0.0 1.2.3.0.0	DECRETO Nº 528, De 05 de maio de 2022. "DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE RIO RUFINO
SECRETARIA DE SAÚDE MUNICIPAL
VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL



05/05/2022	Meteorológico Tempestades	Chuvas Intensas		NO MUNICÍPIO DE RIO RUFINO POR CAUSA DAS CHUVAS INTENSAS E CHEIAS DECRETO Nº 529, De 06 de maio de 2022. “DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO POR CAUSA DAS CHUVAS INTENSAS Ocorreu chuvas intensas em todo o município, 107 mm em 12 horas, alagamentos em comércio casas e plantações, inundações atingindo todo o município.
Natural 23/01/2023	Meteorológico Tempestades	Tempestades de Raios	1.3.2.1.2	Tempestades com Raios
Natural 17/02/2023	Meteorológico	Tempestades	1.3.2.1.4	Chuvas Intensas
Natural 09/03/2023	Meteorológico	Tempestades	1.3.2.1.4	Chuvas Intensas



Natural 03/05/2023	Meteorológico	Tempestades	1.3.2.1.4	Chuvas Intensas
Natural 08/07/2023	Meteorológico	Tempestades	1.3.2.1.4	Chuvas Intensas
Natural 11/07/2023	Meteorológico	Tempestades	1.3.2.1.5	Vendaval

O último grande desastre registrado no município ocorreu no dia 10 de janeiro de 2022, onde houve intensas chuvas e conseqüentemente o alagamento de inúmeras áreas, com isso estradas e pontes foram bastante afetadas que trouxe uma extrema fragilidade na infraestrutura do município. Considerando que 80% população foi afetada sem vítimas agravantes apenas uma família foi retirada de sua moradia que encontrava-se em área de risco.

4.1 Tipos de desastres

Existem inúmeros tipos de desastres sendo eles Geológico, Hidrológico, Meteorológico ou Climatológico, de acordo com a Codificação Brasileira de Desastres, entretanto, entre eles podemos destacar alguns tipos mais recorrentes que são identificados em nossa região e município vizinhos nos períodos chuvosos e períodos de estiagem.

4.1.2 Enxurrada

Geralmente causadas por tempestades intensas, estes eventos podem durar minutos ou horas, dependendo da intensidade e da duração da chuva, da topografia, das condições do solo e da cobertura do solo.



4.1.3 Alagamento

Extrapolação da capacidade de escoamento de sistemas de drenagem urbana e conseqüente acúmulo de água e ruas, calçadas ou outras infraestruturas urbanas, em decorrência de precipitações intensas.

4.1.4 Estiagem

A estiagem é um fenômeno climático causado pela insuficiência de precipitação pluviométrica, ou chuva numa determinada região por um período de tempo muito grande.

4.1.5 Granizo

Granizo é a forma de precipitação que consiste na queda de pedaços irregulares de gelo, comumente chamados de pedras de granizo. Essas pedras, na Terra, são compostas por água no estado sólido e medem entre 5 e 200 mm de diâmetro.

4.1.6 Vendaval

São perturbações marcantes no estado normal da atmosfera. Deslocamento violento de uma massa de ar, de uma área de alta pressão para outra de baixa pressão. Os vendavais, também chamados de ventos muito duros, correspondem ao número 10 na escala de Beaufort, compreendendo ventos cujas velocidades variam entre 88 a 102 km/h.

5. Gestão de Risco em Desastres

Para desenvolver as atividades da gestão de risco, foi criado pelo Ministério da Saúde, no âmbito da Vigilância em Saúde e Ambiente, o programa VIGIDESASTRES que tem como objetivo o desenvolvimento de um conjunto de ações, de forma contínua, pelas autoridades de saúde pública, para reduzir o risco da exposição da população e dos profissionais de saúde, reduzir doenças e agravos secundários à exposição e reduzir os danos à infraestrutura de saúde.



Em 2023, o Programa VIGIDESASTRES foi instituído neste município e o ponto focal do VIGIDESASTRES atualmente é a Ana Caroline Ferreira – Fiscal da Vigilância Sanitária Municipal, alocada na Vigilância Sanitária. O setor saúde participa de todas as etapas da gestão de risco de desastres (Tabela 5).

Tabela 5. Caracterização das etapas da gestão de risco em desastres.

Etapa	Fase	Objetivo
Redução Elementos da Gestão de risco para evitar ou limitar o impacto adverso de ameaças	Prevenção	Atividades para evitar o evento ou para impedir a emergência
	Mitigação	Medidas para limitar o impacto adverso
	Preparação	Medidas para identificar e reduzir as vulnerabilidades e os riscos
Manejo Ações que devem ser provenientes do sinal de alerta, intensificação das atividades de rotina e execução de ações necessárias	Alerta	Divulgação sobre a proximidade de uma emergência ou desastres e sobre ações que instituições e a população devem realizar para minimizar os efeitos ao risco
	Resposta	Atividades para gerir os efeitos de um evento
Recuperação Compreende a reabilitação de atividades e serviços e a Reconstrução	Reabilitação	Período de transição que se inicia ao final da resposta em se restabelecem, de forma transitória, os serviços básicos indispensáveis
	Reconstrução	Nova infraestrutura física, com medidas para redução das vulnerabilidades e riscos.

6. Situações de emergência ou estado de calamidade pública

De acordo com o Ministério da Integração Nacional:

- **Situação de Emergência:** é o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, provocada por desastres, causando danos insuperáveis pela comunidade afetada.
- **Estado de calamidade pública:** o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, provocada por desastres, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

Figura 18. Níveis de desastres.

Nível I	Desastres de média intensidade.	Aqueles em que os danos e prejuízos são suportáveis e superáveis pelos governos locais e a situação de normalidade pode ser restabelecida com os recursos mobilizados em nível local ou complementados com o aporte de recursos estaduais e federais.
	Decretação de situação de emergência.	
Nível II	Desastres de grande intensidade.	Aqueles em que os danos e prejuízos não são superáveis e suportáveis pelos governos locais, mesmo quando bem preparados, e o restabelecimento da situação de normalidade depende da mobilização e da ação coordenada das três esferas de atuação do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e, em alguns casos, de ajuda internacional.
	Estado de Calamidade Pública.	

Fonte: Gestão de Riscos Desastres – Defesa Civil 40 anos – SC

7. Cenários de risco

Em abril de 2017 o município de Rio Rufino recebeu o mapeamento de sete áreas de risco, realizado pelo Serviço Geológico do Brasil – CPRM conforme imagens e descrições abaixo:

Figura 19. Deslizamento Planar, Rastejo.



Fonte: Defesa Civil Municipal de Rio Rufino.

Ocupação em porção superior de encosta em rebordo erosivo com alta declividade a jusante na encosta. As residências estão alocadas sobre solos residuais e coluvionares de composição argiloso-arenosos, produzidos pelo intemperismo de rochas sedimentares, com estrutura friável. Há evidências de movimentação da encosta, com presença de árvores inclinadas e pequenos degraus de abatimento. Há ocorrência de erosão laminar sobre o solo exposto, especialmente condicionada pelo lançamento de águas servidas e vazamentos da tubulações. Tipo de ocupação construída por residências de pequeno porte, construídas em madeira e/ou alvenaria com vulnerabilidade moderada a alta. Ausência de sistema de drenagem pluvial e de esgotamento sanitário; há lançamento de águas servida diretamente sobre os taludes.

Tipologia: Deslizamento planar.

Rastejo Risco: Alto 13.

Quantidade de casa em risco: aprox. 5.

Quantidade de pessoas em risco: aprox. 20.

Sugestão de medidas:

- Monitoramento das condições de estabilidade de taludes e residências com intervenções, se necessário, visando a segurança da população;
- Implantação de rede de drenagem pluvial;
- desenvolvimento de ações de educação ambiental e de percepção de risco junto à população local;
- Ações públicas que visem o ordenamento territorial e que orientem a abertura de lotes para ocupação evitando ocupações irregulares nas encostas;
- Desenvolvimento de políticas de controle de ocupação das áreas de risco e de áreas de preservação permanente.

Figura 20. Deslizamento Planar



Fonte: Defesa Civil Municipal de Rio Rufino.



Ocupação urbana em terreno suave ondulado, sobre solos coluvionares, com adoção de padrão de loteamento do tipo corte e aterro para conformação de lotes. Há evidências de instabilidade no taludes de corte, como pequenas rupturas de solo, erosão laminar instalada nas porções de solo exposto e há lançamentos de águas servidas diretamente sobre o terreno, além de vazamentos nas tubulações. Tipo de ocupação construídas por residências de pequeno porte, construídas em madeira ou mistas com madeira e alvenaria, com vulnerabilidade moderada a alta. Ausência de sistema de drenagem pluvial e de esgotamento.

Tipologia: Deslizamento planar

Risco: Alto

Quantidade de casas em risco: aprox. 5

Quantidade de pessoas em risco: aprox. 20

Sugestão de medidas:

- Monitoramento das condições de estabilidade de taludes e residências com intervenções, se necessário;
- Implantação de rede de drenagem pluvial e de sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário;
- Ações públicas que visem o ordenamento territorial e que orientem a abertura de lotes para a ocupação evitando ocupações irregulares nas encostas;
- Desenvolvimento de políticas de controle de ocupação das áreas de risco.

Figura 21. Deslizamento Planar, Rastejo



Fonte: Defesa Civil Municipal de Rio Rufino.

Ocupação urbana em porção basal de encosta com residências alocadas sobre solos coluvinares e residuais, argiloso-arenosos, produto do intemperismo de rochas sedimentares. Há indícios de movimentação de terreno, como árvores inclinadas, além de erosão laminar nas áreas de solo exposto, especialmente ocasionadas pelo lançamento de águas servidas diretamente sobre o terreno, contribuindo também para saturação do solo. Tipo de ocupação construída por residências de pequeno porte, construídas em madeira e/ou alvenaria com vulnerabilidade moderada a alta. Vias de acesso com pavimentação, 15 presença de drenagem pluvial na via e ausência de sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário.

Tipologia: Deslizamento planar; rastejo.

Risco: Alto.

Quantidade de casas em risco: aprox. 10.

Quantidade de pessoas em risco: aprox. 40.

Sugestão de medidas:

- Monitoramento das condições de estabilidade de taludes e residências com intervenções, se necessário, visando a segurança da população;
- Desenvolvimento de ações de educação ambiental e de percepção de risco junto à população local;
- Orientação aos moradores de medidas que possam contribuir para a estabilização do solo, como condução correta de águas servida para fora da encosta;
- conserto de tubulações com vazamentos.
- Cobertura vegetal do solo com vegetação rasteira e arbustiva de pequeno porte;
- Ações públicas que visem o ordenamento territorial e que orientam a abertura de lotes para a ocupação;
- Desenvolvimento de políticas de controle de ocupação das áreas de preservação permanente.

Figura 22. Inundação



Fonte: Defesa Civil Municipal de Rio Rufino.

Ocupação urbana localizada sobre planície de inundação do Rio Rufino, eventualmente afetada por inundações ocasionadas localmente pelo extravasamento de 16 canais de drenagem afluentes do Rio Rufino. Embora, o rio extravase com



recorrência anual, o último evento de inundação que atingiu as residências ocorreu em 2011, atingindo uma lâmina de água de 1m nas residências. Os eventos duram de 2 a 3 dias. Tipo de ocupação construída por residências de pequeno porte, construídas em madeira e/ou alvenaria, ao nível do terreno e, por vezes elevadas sobre pilotis, com vulnerabilidade média a alta ao processo de inundação. Ausência de pavimentação na estrada, de sistema de drenagem pluvial e de rede de coleta e tratamento de esgoto e sanitário.

Tipologia: Inundação

Risco: Alto

Quantidade de casas em risco: 4

Quantidade de pessoas em risco: 16

Sugestão de medidas:

- Implantação de sistema de monitoramento e alerta de eventos extremos nos rios do município visando a evacuação preventiva da área;
- Ações de urbanização, com implantação de pavimentação, rede de drenagem pluvial e sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário;
- Desenvolvimento de ações de educação ambiental e de percepção de risco junto aos moradores;
- Ações públicas que bisem o ordenamento territorial e que orientem a abertura de lotes para a ocupação, evitando as margens dos rios e as planícies de inundação, uma vez que há áreas no município com maior aptidão à urbanização;
- Desenvolvimento de políticas de controle de ocupação das áreas de risco e de áreas de preservação permanente.

Figura 23. Deslizamento



Fonte: Defesa Civil Municipal de Rio Rufino.

Ocupação em base de morro, sobre solos coluvionares e residuais argiloso-arenosos, produzidos pelo intemperismo de rochas sedimentares. Há evidências de pequenos deslizamentos de solo, além de erosão laminar sobre o solo exposto. Esses processos ocorrem devido ao sistema de consolidação dos lotes, em cortes e aterros, e que associados ao lançamento de água servido diretamente sobre as talude, contribuem para a desestabilização do terreno. Tipo de ocupação construída por residências de pequeno. Tipo de ocupação construída por residências de pequeno porte, construídas em madeira e/ou alvenaria com vulnerabilidade moderada a alta. Vias de acesso sem pavimentação, ausência de sistema de drenagem pluvial e de esgotamento sanitário.

Tipologia: Deslizamento.

Risco: Alto.

Quantidade de casas em risco: aprox. 6.

Quantidade de pessoas em risco: aprox. 24.

Sugestões de medidas:

- Monitoramento das condições de estabilidade de taludes e residências com intervenções, se necessário;
- Implantação de rede de drenagem pluvial e esgotamento sanitário na localidade;
- Ações públicas que visem o ordenamento territorial e que orientem a abertura de lotes para a ocupação de encostas de forma segura;
- Desenvolvimento de políticas de controle de ocupação das áreas de risco e de áreas de preservação permanente.

Figura 24. Deslizamento em Talude de Corte, Rastejo



Fonte: Defesa Civil Municipal de Rio Rufino.

Ocupação em base de morro, sobre solo coluvionares e residuais, argiloso-arenoso, produzidos pelo intemperismo de rochas sedimentares, com sistemas de corte e aterro para conformação dos lotes. Há evidências de instabilidade na encosta, devido principalmente a intervenção antrópica para a conformação dos lotes acentuando a declividade e causando intensificação nos processos de rastejo, e deslizamento no setor. Tipo de ocupação construídas em madeira e/ou alvenaria com vulnerabilidade moderada a alta. Vias de acesso sem pavimentação, ausência de sistema de drenagem pluvial e de rede de coleta e tratamento de esgoto sanitário,

com lançamento de águas servidas diretamente sobre a encosta, intensificando os processos superficiais;

Tipologia: Deslizamento em talude de sorte.

Risco: Alto.

Sugestão de medidas:

- Monitoramento das condições de estabilidade de taludes e residências com intervenções, se necessário;
- Implantação de rede de drenagem pluvial e esgotamento sanitário na localidade;
- Ações públicas que visem o ordenamento territorial e que orientem a abertura de lotes para ocupação de encostas de forma segura;
- Desenvolvimento de políticas de controle de ocupação das áreas de risco e de áreas de preservação permanente.

Figura 25. Deslizamento Planar em Talude de Corte



Fonte: Defesa Civil Municipal de Rio Rufino.



Ocupação na base de talude de sorte, com declividade semi-vertical. Ocorreu em evento de deslizamento/saprolito atingindo um lote sem ocupação. Há erosão laminar sobre os solos expostos e pequenos deslizamentos pontuais nos taludes de corte. Presença de vegetação (exótica) de grande porte no topo da encosta. A distância entre as residências e os taludes é pequena, sugerindo que as residências estão na área de atingimento caso ocorram deslizamentos nestes taludes. Tipo de ocupação constituída por residências de pequeno porte, construídas em madeira e/ou alvenaria com vulnerabilidade moderada a alta;

Tipologia: Deslizamento planar em talude de corte.

Risco: Alto; Quantidade de casas em risco: aprox. 5.

Quantidade de pessoas em risco: aprox. 20.

Sugestão de medidas:

- Monitoramento das condições de estabilidade de taludes e residência com intervenções, se necessário, visando a segurança da população;
- Desenvolvimento de ações de educação ambiental e de percepção de risco junto à 20 população local;
- Ações públicas que visem o ordenamento territorial e que orientem a abertura de lotes para a ocupação evitando ocupações irregulares nas encostas.

É importante ressaltar que o presente relatório é de caráter informativo, sendo necessária a revisão constante destas áreas e de outras não indicadas, que podem ter seu grau de risco modificado. Isso significa que o grau de risco de determinada área delimitada (risco alto e muito alto) ou não (risco baixo e médio) em campo nesse momento pode se alterar no futuro. Uma área de grau de risco médio, por exemplo, que não foi alvo desse mapeamento, pode evoluir para grau de risco alto e muito alto a depender das transformações efetuadas sobre as encostas do município.



8. Abrigos

O abrigo provisório tem por finalidade permitir o atendimento, durante um curto espaço de tempo, das famílias que tiveram suas casas danificadas ou destruídas pelo desastre. No abrigo deverão ser oferecidas condições de proteção e sobrevivência, até que seja possível cada um voltar para a sua residência, ou ainda, outra alternativa como aluguel social. Fica determinado que não serão utilizados como abrigos dependências de Escolas e Ginásios de Esportes.

8.1. Abrigo 1

Referência: Setor 1, 2, 3, 4 e 7

Nome: Igreja e Salão Paroquial Senhor Bom Jesus

Capacidade: Igreja 100 pessoas, Salão 453 pessoas

Endereço: Avenida Jose Oselame

Bairro: Centro

Responsável: Carlos Possenti

Telefone: (49) 9 9115-6798

Figura 26. Igreja e Salão Paroquial Senhor Bom Jesus



Fonte: Defesa Civil Municipal de Rio Rufino.

8.2. Abrigo 2

Referência: Setor 5 e 6

Nome: Igreja e Salão Paroquial Divino Espírito Santo

Capacidade: Igreja 50 pessoas, Salão 248 pessoas

Endereço: Comunidade de Espírito Santo

Responsável: Pedro Celito da Silva

Telefone: (49) 9 9151-9377

Figura 27. Igreja Paroquial Divino Espirito Santo.



Fonte: Defesa Civil Municipal de Rio Rufino.

Figura 28. Salão Paroquial Divino Espirito Santo.



Fonte: Defesa Civil Municipal de Rio Rufino.



9. Atuação de gestão do risco em ocorrência.

Tabela 6. Atuação de gestão do risco na ocorrência de 02 à 05/05/2023

Natural	Hidrológico	Inundações	1.2.1.0.0	DECRETO Nº 528, De 05 de maio de 2022. "DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE RIO RUFINO POR CAUSA DAS CHUVAS INTENSAS E CHEIAS
02,03,04/05/2022		Enxurradas	1.2.2.0.0	
		Alagamentos	1.2.3.0.0	
05/05/2022	Meteorológico Tempestades	Chuvas Intensas		DECRETO Nº 529, De 06 de maio de 2022. "DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO POR CAUSA DAS CHUVAS INTENSAS
				Ocorreu chuvas intensas em todo o município, 107 mm em 12 horas, alagamentos em comércio casas e plantações, inundações



				atingindo todo o município.
--	--	--	--	-----------------------------

Período do dia 03/05/2022 à 08/05/2022 das enchentes que ocorreram no Município De Rio Rufino- SC. De acordo com os fatos vivenciados pelos dois funcionários residentes da localidade Espírito Santo, não puderam se descolar até o seu local de trabalho no dia 03/05/2022 pois o rio da localidade do Espírito Santo já havia transbordado sobre a ponte, impossibilitando a passagem dos mesmos até a Unidade Básica De Saúde.

Foto para comprovação: devido ao aumento das chuvas no município a enchente foi se espalhando por todas as vargens, no dia 04/05/2022 se tornou impossível que os funcionários das localidades do interior chegassem até a rede urbana onde fica localizada a Unidade Básica De Saúde. ainda no dia 04/05/2022, enquanto estava dando passe pela enchente com o carro Creta fomos buscar o paciente b. m. que iria realizar o tratamento de radioterapia em Lages-SC, e tivemos o auxílio do transporte aéreo da Policia Militar (Águia) para locomoção de um paciente que estava de alta no Hospital Infantil Seara Do Bem e precisava ir até a localidade do Espírito Santo. Em meio tempo, tivemos que transferir a gestante T.M. da localidade de Rio De Areia até a cidade de Lages-SC, sendo que a mesma passou pela enchente na Rua Nereu De Souza SC370, com o veículo Troller 4X4 Da Secretaria De Turismo até a UBS, foi encaminhada com o águia da Policia Militar para o Hospital E Maternidade Tereza Ramos. No dia 05/05/2022, apenas 10 funcionários conseguiram se deslocar para trabalhar na unidade básica de saúde, sendo que no total somos em 54 funcionários. Neste dia os níveis da água foram subindo cada vez mais, o trajeto pela Avenida Jose Oselame foi interrompida, bem em frente a Prefeitura Municipal De Rio Rufino, então a Unidade Básica De Saúde teve que se deslocar conforme o acesso permitia para a Academia Municipal De Saúde, aos fundos da Prefeitura, qual ainda dava passagem até o horário das 16:30h foram realizados atendimentos eletivos. O paciente D. A. da localidade de Jacutinga a qual também estava isolada pelas águas, teve que passar de canoa para vir até o centro de Rio Rufino e se deslocar para O HTR- Lages, e no final do dia tivemos um

encaminhamento para o Hospital Nossa Senhora Dos Prazeres Lages. Os carros da saúde, tiveram que realizar o abastecimento no município vizinho, Urupema – Sc, devido os postos de gasolina estarem alagados, sem acesso de veículos. (relatos da coordenadora de saúde municipal).

A maior vulnerabilidade que a saúde pública do município enfrentou, foi o deslocamento até os pacientes ou até a unidade básica de saúde, mas com ajuda da população todos foram atendidos. Abaixo podemos observar imagens da inundação que afetou Rio Rufino no dia 05 de maio de 2022.

Figura 29. Centro do Município de Rio Rufino



Figura 30. Centro do Município de Rio Rufino



Figura 31. Centro do Município de Rio Rufino



Figura 32. Centro do Município de Rio Rufino



10. Redução de Riscos



Prevenção	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis (INMET, INPE, BDQUEIMADAS, EPAGRI, S2ID, Defesa Civil, etc).	Célia Costa Coordenadora de Saúde Ana Caroline Ferreira Fiscal de Vigilância Sanitária
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de WhatsApp	Célia Costa Coordenadora de Saúde Ana Caroline Ferreira Fiscal de Vigilância Sanitária
	Formulação de políticas e ações de saúde sobre os processos de determinação social dos riscos de desastres e de seus impactos sobre a saúde.	Ana Caroline Ferreira Fiscal de Vigilância Sanitária Anelice Medeiros Vigilância em Saúde Vigilância Epidemiológica
Mitigação	Estipular as ações de prevenção de riscos de desastres e de surgimentos de novas doenças e agravos, evitando ou reduzindo a sobreposição de riscos à saúde.	Ana Caroline Ferreira Fiscal de Vigilância Sanitária Anelice Medeiros Enfermeira UBS Vigilância em Saúde Vigilância Epidemiológica



Preparação	Melhorar a capacidade de resposta na atenção e na vigilância em saúde e evitar que ações inadequadas produzam um segundo desastre (potencializando doenças e agravos já existentes, bem como gerando outros problemas que poderiam ser evitados com medidas preventivas), intensificando os impactos do desastre e comprometendo as ações de recuperação e reconstrução	Ana Caroline Ferreira Fiscal de Vigilância Sanitária Anelice Medeiros Enfermeira UBS Vigilância em Saúde Vigilância Epidemiológica
-------------------	---	---

11. Resposta

O VIGIDESASTRES/SC propõe a atuação em Emergência de Saúde Pública de Nível Local (ESPIL). A ESPIL possui um nível de resposta com impacto e/ou abrangência restrita à comunidade local e/ou nível primário em saúde pública.

Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
ESPIL	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Vigilância Sanitária Municipal Ana Caroline Ferreira (fiscal)
	Os funcionários que assim estiverem ativos na Secretária de Saúde e conseguirem se deslocar para o trabalho, deve estar dispostos para prestar atendimentos necessários de URGÊNCIA e EMERGÊNCIA.	Secretária Municipal da Saúde Célia Costa



	<p>Sabemos que estamos a cada dia voltados para a tecnologia, e estamos em transição de prontuários físicos para eletrônicos, com isso a instalação e adaptação de sistema offline, para realizar os atendimentos com o histórico do paciente com isso uma avaliação adequada.</p>	<p>Técnicos de enfermagem</p> <p>Enfermeiros</p> <p>Médicos</p>
	<p>Adequação on-line no sistema da Farmácia Básica, para dispensação de medicamentos básicos.</p>	<p>Farmacêutico Responsável</p>
	<p>Agentes de Saúde Pública estão aptas conforme legislação, para realizar a escuta inicial do paciente que necessite de atendimento em cada micro área do município.</p>	<p>Agentes de Saúde Pública</p> <p>Cristiane Oliveira</p> <p>Cecília Costa Fernandes</p> <p>Elenice Marcelino</p> <p>Gislaine Maccarini</p> <p>Mariza Berlaminda</p> <p>Marivete Figueredo Baldessar</p> <p>Regiane de Oliveira Andrade</p> <p>Vivian Valente Buratto</p>



12. Recuperação

Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	Grupo de apoio na localidade afetada por algum evento natural. Atividade Física Saúde Mental Orientações sobre saúde Pós desastre natural	Rafael Wiggers Educador Físico Daini Psicóloga Anelice Medeiros Enfermeira

13. Organização da resposta às emergências em saúde pública.

13.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)

O COES é o responsável pela coordenação das ações de resposta às emergências em saúde pública, incluindo a mobilização de recursos para o restabelecimento dos serviços de saúde e a articulação da informação entre as três esferas de gestão do SUS, sendo constituído por profissionais das Coordenações - Gerais e Áreas Técnicas da Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, bem como gestores de outras instituições envolvidas na resposta e competência para atuar na tipologia de emergência identificada. A sua estruturação permite a análise dos dados e das informações para subsidiar a tomada de decisão dos gestores e



técnicos, na definição de estratégias e ações adequadas e oportunas para o enfrentamento de emergências em saúde pública. O município em caso de necessidade de ativação do COES entrará em contato com Secretaria de Estado da Saúde, sendo o Secretário de Estado da Saúde o responsável pela ativação do COES (Portaria SES nº 614 e 615 de 2021), com base no parecer técnico conjunto emitido em sala de situação, definindo o nível da emergência (ESPIL, ESPIE, ESPIN, ESPII).

Ações a serem realizadas nessa fase: (COES ATIVO)

- Convocar o COE;
- Notificar o evento;
- Acompanhar as ações de busca e resgate;
- Intensificar as ações de prevenção, promoção, proteção, educação, recuperação, e reabilitação, previamente determinadas para o setor da saúde;
- Identificar e realizar atividades de promoção e assistência à saúde aos atingidos;
- Avaliar os danos às pessoas, no sistema de abastecimento de água, nos abrigos e na infraestrutura de saúde por meio do formulários de Avaliação de danos;
- Identificar as necessidades em saúde;
- Intensificar a Vigilância Epidemiológica específica para situações de desastres;
- Monitorar a morbimortalidade e outros efeitos à saúde humana;
- Estabelecer fluxos de atendimento;
- Estabelecer fluxos de informação e comunicação aos gestores e população;
- Sistematizar a operacionalização do manejo e destino de animais mortos.

13.2 Sala de situação

Na ocorrência de um evento será formado um comitê interno composto por representantes da Secretaria Municipal de Saúde (item 6.1). Os representantes (Quadro 01) terão as atribuições de acionar os coordenadores responsáveis pelos setores da Secretaria de Saúde para composição da Sala de Situação, coordenar as ações assistenciais e/ou preventivas no âmbito do município e contatar as organizações vinculadas à assistência à saúde.



13.3 Representantes da SMS.

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde	Telefone	e-mail
Célia Costa (Secretária da saúde)	(49) 99811-6401	saude@riorufino.sc.gov.br
Anelice Medeiros (Enfermeira técnica responsável)	(49) 99148-3234	
Ana Caroline Ferreira (Fiscal da Vigilância Sanitária)	(49) 99928-1602	vigilanciasanitaria@riorufino.sc.gov.br
Rafael Wiggers (Educador Físico)	(49) 99943-5898	
Matheus P. Hoog (Fisioterapeuta)	(49) 99162-9895	
Claudia Debiasi (Técnica Enfermagem)	(49)99177-1828	
Priscila E. Ferreira (Agente de Endemias)	(49) 99104-3007	
Cristiane Oliveira (Agente de Saúde)	(49) 99113-3137	



14. Informações à População

Os meios de comunicação disponíveis, tanto para alertas antecipados sobre eventos adversos, quanto para disseminação de informes e instruções à população sobre as doenças e agravos à saúde por ocorrência de evento adversos.

- Rádio
- Site do município – riorufino.sc.gov.br
- Facebook Oficial da Prefeitura – PMRR Rio Rufino
- Grupos de WhatsApp
- Agentes de Saúde (whatsapp) todas as áreas
- Panfleto (caso necessário)

15. Capacitações

As equipes técnicas do município de Rio Rufino serão capacitadas, para que estas possam ter o conhecimento dos procedimentos necessários para a prevenção, mitigação e recuperação aos desastres. As capacitações serão oferecidas pelo Estado e Município, por meio da Regional em Saúde e Regional Defesa Civil.



16. Referências

(Norma ABNT NBR 6023 -

https://docs.google.com/file/d/1qDRhi4gZN_cTklo1OgjCcZzGD0Jj2HfP/view)



Anexos

Anexo I

Lista de equipamentos e máquinas

(Listar os equipamentos e máquinas para manutenção e obras)

Equipamento/ Máquina	Quantidade	Localização
Ford cargo - 2429 - Caçamba	1	Pátio Prefeitura Municipal
MERCEDES-BENZ / ATRON 2729 - Caçamba	1	Pátio Prefeitura Municipal
IVECO TECTOR 240E25 Caçamba - Truck	1	Pátio Prefeitura Municipal
MITSUBISHI - L200 4X4 GL	1	Pátio Prefeitura Municipal
CHEVROLET - VWC FEX POWER	1	Pátio Prefeitura Municipal
RENAULT - EXPRL -10	1	Pátio Prefeitura Municipal



Anexo II

Contatos interinstitucionais

Instituições	Nome	Contatos (Telefone institucional e/ou Celular)
Secretaria de Saúde	Célia Costa	(49) 3279-0067
Secretaria de Assistência Social	Andreia Aparecida Camargo da Silva	(49)3279-0000
Secretaria de OBRAS	Edison Fernandes	(49) 3279-0000
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	Nilton Antônio Pereira	(49) 99127-7399
Secretaria de Educação Esporte e Cultura	Dilvana Soares Macarrini	(49) 3279-0000
Secretaria de Turismo	Mateus Ghizoni	(49) 3279-0119
Defesa Civil	Cleusa Aparecida Souza	(49) 99123-5228
Corpo de	Corpo de Bombeiros Militar –	(49) 98821-7706



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE RIO RUFINO
SECRETARIA DE SAÚDE MUNICIPAL
VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL



Bombeiros Militar	Urubici – SC	
Delegacia Polícia Militar Rio Rufino	Elvis Antunes Oliveira	(49) 3279-0066 (49) 99177-3405